



deral, com ônus para o órgão de origem, a fim de auxiliar nos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, com dedicação exclusiva, a partir de 7 de janeiro de 2016.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

#### PORTARIA Nº 185, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, inciso VII, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar, de ofício, sindicâncias, inspeções e correições, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO as Portarias CNMP-CN nºs 177, 178 e 180 de 16 de dezembro de 2015, que instauraram procedimento de inspeção, respectivamente, no Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (Procuradoria-Geral do Trabalho) e Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região - sede e no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no período de 07 a 11 de março de 2016;

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público, resolve:

1. Designar, para integrarem a equipe de trabalho, os membros auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público, Lenina Luciana Nunes Daher, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Ludmila Reis Brito Lopes, Procuradora do Trabalho (MPT), Maria Clara Perim, Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo (MP/ES), Mariano Paganini Lauria, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, Adriano Teixeira Kneipp, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul e Rodrigo Leite Ferreira Cabral, Promotor de Justiça do Estado do Paraná, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

2. Requisitar, no período de 07 a 11 de março de 2015, com dedicação exclusiva, Franke Soares Rosa, Promotor de Justiça do Ministério Público do Ceará (MP/CE), Jorge Wilson Lopes Cavalcante, Promotor de Justiça do Ministério Público do Amazonas (MP/AM), Darlan Benevides de Queiroz, Promotor de Justiça do Ministério Público do Amazonas (MP/AM), Odair Tramontim, Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), Jarbas Adelino Santos Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe (MP/SE), Francisco de Assis Machado Cardoso, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP/RJ), José Carlos Fernandes Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG), José Kumio Kubota, Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná (MP/PR), Fábio Massahiro Kosaka, Procurador do Trabalho (MPT), Marcelo de Oliveira Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, Januário Justino Ferreira, Procurador do Trabalho (MPT), Rodrigo Monteiro da Silva, Promotor de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo, Bárbara Elise Heise, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC), Mário Henrique Cardoso Caixeta, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás e Letícia Lemgruber Prado Costa, Promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo para integrarem a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional do Ministério Público, como membros auxiliares, com o fim de participar dos serviços e da elaboração dos relatórios parciais, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

3. Requisitar, no período de 07 a 11 de março de 2016, com dedicação exclusiva, Aduato Viccari Júnior, Analista em Administração do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP/SC) e Dina Quintas Colares Araújo, Coordenadora de Controle e Auditoria Interna do Ministério Público do Estado do Ceará (MP/CE) e Izahilton Mendes Guia Júnior, Chefe da Divisão de Contratações e Gestão Contratual do MPF/PRPE designando-os como assessores diretos e delegando-lhes poderes para a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público;

4. Requisitar, no período de 07 a 11 de março de 2016, com dedicação exclusiva Paulo César Allebrandt, Gerente de Processos Jurídicos Digitais do Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), designando-o como assessor direto e delegando-lhe poderes para a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público

5. Designar os servidores Eduardo Pimentel de Vasconcelos Aquino, Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional, Paulo Júnior Werlang, Assessor Nível III do CNMP e Christianne Oliveira e Sá, Assessor Nível III do CNMP, para integrarem a equipe de inspeção como assessores diretos, delegando-lhes poderes para a realização das atividades de inspeção e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo dos poderes conferidos ao Corregedor Nacional do Ministério Público.

6. Revoga-se a portaria nº 179 de 16 de dezembro de 2015, publicada no DOU, Seção 2, página 40 de 18/12/2015.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

## Ministério Público da União

### ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

#### PORTARIA Nº 119, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, resolve:

Art. 1º Designar o servidor LEONARDO PEIXOTO DE MELO para exercer o encargo de substituto eventual do presidente da Comissão criada para coordenar a realização do IX Concurso Público para provimento Cargos de Analista e Técnico do Ministério Público da União, para assinar contrato, ajustes nos termos de cooperação, editais e celebrar convênio de caráter administrativo de interesse do Ministério Público da União, que estejam relacionados com o objeto da Portaria n. 32, de 22 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

#### PORTARIA Nº 1.055, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a manifestação favorável do Conselho Relator no processo CSMPF nº 1.000.001.000236/2015-75, resolve:

Autorizar, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o afastamento de suas funções institucionais e do país, com ônus limitado da Procuradoria Regional da República ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ, lotada na Procuradoria Regional da República da 3ª Região, para participar, como palestrante, do III Seminário Internacional "Estudio de la transcendencia del principio de seguridad jurídica en un entorno de crisis y posterior recuperación económica", em Madri/Espanha, no período de 1º a 5 de fevereiro de 2016.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

#### PORTARIA Nº 1.057, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, o disposto no art. 2º, II, da Portaria PGR/MPU nº 825, de 14 de novembro de 2013, e tendo em vista o contido no Ofício nº 203/2015-EJGA, de 16 de dezembro de 2015, do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 2 (dois) anos, a designação do Doutor LUIZ CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES, Procurador Regional da República, para atuar como auxiliar do Procurador-Geral da República junto à Procuradoria Geral Eleitoral, com prejuízo parcial das suas atribuições, nos mesmos termos da Portaria PGR/MPU nº 946, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir de 20 de dezembro de 2015.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

#### PORTARIA Nº 1.059, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 26, inciso VIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, o disposto no art. 2º, II, da Portaria PGR/MPU nº 825, de 14 de novembro de 2013, e tendo em vista o contido no Ofício nº 204/2015-EJGA, de 16 de dezembro de 2015, do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 2 (dois) anos, a designação da Doutora ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA, Procuradora Regional da República, para atuar como auxiliar do Procurador-Geral da República junto à Procuradoria Geral Eleitoral, com prejuízo das suas atribuições, nos mesmos termos da Portaria PGR/MPU nº 947, de 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir de 20 de dezembro de 2015.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

#### PORTARIA Nº 1.060, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.000.000.017979/2015-94, resolve:

Desonerar integralmente o Procurador da República FREDERICO DE CARVALHO PAIVA de suas atribuições do 6º ofício de Combate à Corrupção na Procuradoria da República no Distrito Federal, pelo período de 6 (seis) meses, a contar do dia 7 de janeiro de 2016, em razão da sua atuação nas investigações e providências judiciais do Inquérito Policial nº 28068-86.2014.4.01.3400 e Medidas Cautelares nºs 28068-86.2014.4.01.3400, 45072-39.2014.4.01.3400 e 53824-97.2014.4.01.3400, bem como nos feitos deles decorrentes.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

#### PORTARIA Nº 1.064, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 49, inciso XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no Memorando nº 141, de 16 de dezembro de 2015, da Chefia de Gabinete do Procurador-Geral da República, resolve:

Desonerar integralmente o Procurador Regional da República BRUNO FREIRE DE CARVALHO CALABRICH de suas atribuições na Procuradoria Regional da República da 1ª Região, a contar de 7 de janeiro de 2016, em razão de sua atuação na Força Tarefa designada pela Portaria PGR/MPU nº 3, de 19 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 21 de janeiro de 2015, pág. 50, bem como nos feitos dela decorrentes.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

#### PORTARIA Nº 1.205, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PR-TO nº 1.36.000.000217/2015-04, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora MARIA LÚCIA SOARES VIANA, matrícula nº 7651-1, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, código AN 020101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Analista do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO OLIVEIRA BARBOZA

#### PORTARIA Nº 1.206, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.000.000.016511/2015-82, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora ANEZIA MICHICO HIGA, matrícula nº 4810-1, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, código TC 010101, Classe C, Padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, em consonância com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, aplicando-se a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, publicada no DOU de 05/09/2001, e a vantagem do art. 2º da Lei nº 8.911/1994, em consonância com o Acórdão nº 2076/2005 - Plenário - Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO OLIVEIRA BARBOZA